ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL

Termo de Referência 1604/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1604/2026	532101-ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL	GABRIEL MACEDO SILVA	28/10/2026 16:43 (v 0.3)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		147.00005550/2026-80

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

ATA REGISTRO DE PREÇO

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

PROCESSO: 147.00005550/2026-80

DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. **Constituição de Sistema de Registro de Preços para a** Aquisição de **SOLUCÃO TAMPÃO P/ APARELHO LABORATORIO PH 7,0, SOLUCÃOO TAMPÃO P/ APARELHO LABORATORIO PH 1,0, GEL CONDUTIVO PARA PHMETRIA, SONDA EM PVC PARA PHMETRIA ESOFAGICA DE 1 CANAL, SONDA PARA IMPEDANCIOPHMETRIA ESOFAGICA DE 7 CANAIS, SONDA P/ MANOMETRIA ESOFAGICA DE ALTA RESOLUÇÃO 4,7 MM DIAM, SONDA P/ MANOMETRIA ANORRETAL DE ALTA RESOLUÇÃO 4,7 MM DIAM - COM COMODATO DE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1	Aquisicao mat. uso tec. hosp. com notific/registro agrupamento de itens, pregão eletrônico, (descrição detalhada, vide edital)						
Item	**Especificação**	**Siafisico Catmat**	**Unidade de Medida**	**Qtde Mínima Mensal**	**Qtde. Máxima Mensal**	**Qtde Mínima Anual**	**Qtde. Máxima Anual**
1.1	Solução tampão para aparelho de laboratório PH 7,0, com incerteza de 0,02 certificado, composição: água desmineralizante estabilizante e ionizante, para uso externo com temperatura de referência 20ºC, para calibração, compatível com aparelho de Phmetria, , acondicionado em frasco rotulado com nº de lote, data de fabricação e validade, composição e procedência.	4650115 234417	FRASCO 500ML	3	5	36	60
1.2	Solução tampão para aparelho de laboratório PH 1,0, composição: água desmineralizante estabilizante e ionizante, para uso externo com temperatura de referência 20ºC, para calibração, compatível com aparelho de Phmetria, acondicionado em frasco plástico apropriado e reforçado, rótulo com nº de lote, data de fabricação e validade, composição e procedência.	3943003 371013	FRASCO 500ML	3	5	36	60

1.3	Gel condutivo para Phmetria, atóxico, hidrossolúvel, isento de princípio ativo, não medicamentoso e hipoalergênico, compatível com equipamento de Phmetria, embalado em material que garanta a integridade do produto, a apresentação do produto deverá obedecer a legislação atual vigente.	4935950 438929	FRASCO 100 GR	10	15	120	180
1.4	Sonda em tubo PVC, para Phmetria esofágica de 1 canal	5413230 443655	UNIDADE	140	210	1680	2520
1.5	Sonda em tubo de PVC atóxico, flexível e reutilizável, com 7 canais de impedância e 1 canal de phmetria, para impedância e Phmetria, com 1,9 mm de diâmetro, com eletrodo de referência externa ou interna, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, apresentação conforme legislação vigente.	5501105 466091	UNIDADE	96	144	1152	1728
1.6	Sonda em tubo de PVC flexível, com 4,7 MM de diâmetro e graduação a cada 1(um) cm, para manometria esofágica de alta resolução, com 24 canais de perfusão, sendo o primeiro posicionado a 0(zero) cm, 9(nove) canais dispostos a cada 0,5(meio) cm, iniciando a 2 (dois) cm do primeiro canal e na sequência mais 14(catorze) canais a cada 2(dois) cm, 130 cm de comprimento, conexão única com equipamento, dispositivo de limpeza através de uma só via.	5413222 466091	UNIDADE	4	6	48	72
1.7	Sonda em tubo de PVC flexível, com 4,7 MM de diâmetro e graduação a cada 1(um) cm, para manometria anorretal de alta resolução, com 24 canais de perfusão, com 4 canais radicais dispostos a cada cm por 6 (seis) cm, a partir de 0(zero) cm, sonda com graduação a cada cm, conexão única com equipamento, dispositivo de limpeza através de uma só via.	5413206 466092	UNIDADE	3	5	36	60

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do Sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de Dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano, conforme publicação no PNCP,** na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021**, e poderá ser prorrogado,por igual período, desde que comprovado opreço vantajoso.**

1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

1.6. **A Ata** estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

1.7. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPC-FIPE,** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.7.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.7.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.7.3. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.7.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

Subcontratação

1.8 O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A pretensa contratação será instruída conforme disposições contidas nos artigos 17 e 18 da Lei Federal nº 14133/21 e Decreto Estadual nº 67.608/23 e a aquisição em questão será através de PREGÃO COM PROCEDIMENTO AUXILIAR DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, a qual encontra-se prevista no inciso I do artigo 28, inciso IV do artigo 78 e artigos 82 a 86 da Lei Federal 14.133/21.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual vigente, nos termos do Decreto Estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3 Informamos que, após diligência para verificação de IRP's, não constatou-se item disponível para participação.

2.4 Quanto a adesão em atas de registro de preços vigentes, não foi identificado item que correspondesse à necessidade da instituição. Optamos pela vedação de adesão a ata de Registro de Preços do Iamspe, tendo em vista o quadro reduzido de funcionários da Instituição, inviabilizando assim a capacidade de gerenciamento.

2.5. O PMU – Preço Médio Unitário, apurado pela Pesquisa de Preços, corresponde ao preço estimado da contratação, obtido mediante os critérios e parâmetros legalmente aplicáveis à pesquisa de preços, constituindo o limite máximo estabelecido pela Administração para a contratação. Este não representa preço de contratação nem implica aceitação automática de proposta apresentada nesse patamar. Após a etapa competitiva, a Administração buscará, quando cabível, a obtenção de condições mais vantajosas, mediante negociação conduzida pelo pregoeiro, nos termos do art. 61 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições do instrumento convocatório.

Para subsidiar a negociação e a análise da vantajosidade dos preços ofertados, poderão ser considerados, de forma objetiva e conforme aplicável ao objeto, o histórico de aquisições do IAMSPE, contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, preços públicos disponíveis, pesquisas de mercado e demais elementos capazes de demonstrar as condições efetivamente praticadas no mercado.

Dessa forma, o PMU constitui o limite máximo da contratação, não se confundindo com o valor a ser necessariamente aceito pela Administração, cabendo ao pregoeiro buscar a redução dos preços ofertados com fundamento nos parâmetros objetivos acima estabelecidos, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e à economicidade da contratação.

Quando adotado o critério de julgamento pelo menor preço por grupo, serão igualmente observados, para fins de aceitabilidade, os valores unitários dos itens que o compõem, nos termos do art. 82, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição do item e das quantidades encontram-se pormenorizadas no ITEM 1.1 deste Termo de Referência.

3.2 Aquisição para atendimento dos pacientes do HSPE, por meio de Pregão Eletrônico objetivando a constituição de Sistema de Registro de Preços para um período de 12 meses, face a necessidade de fornecimento que deverá ser contínua.

3.3 Por ocasião da entrega dos produtos, deverão ser observada as seguintes condições:

3.3.1. Validade mínima deverá ser de 12 (Doze) meses, quando da entrega do produto no Almoxarifado Central do IAMSPE.

3.3.2. Caso a validade seja Inferior a 12 (Doze) meses entregar juntamente com a Nota Fiscal, Carta de Comprometimento de Troca, com o objetivo de efetuar a substituição dos itens inviáveis de utilização no período de validade, em até 10 (dez) dias corridos a partir da solicitação da troca.

DO EQUIPAMENTO EM COMODATO

Observações: 3.4. Descrição dos equipamentos e condições gerais:
3.4.1.. Contratação de prestação de serviços de Comodato de equipamento de Manometria Esofagica/Anorretal de Alta Resolucao e Impedâncio pH metria, com disponibilização de acessórios, insumos e manutenção preventiva e corretiva, para o Serviço de Endoscopia do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE/FMO) – do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE.

3.5. Equipamento e Acessórios para Manometria Esofágica/Anorretal de Alta Resolução com 24 a 36 sensores de aquisição:
3.5.1 - 01 Equipamento de Manometia Esofágica de Alta Resolução com 24 a 36 sensores de pressao circunferenciais (ESTADO SÓLIDO) e 18 canais de impedâncio e Manometria Anorretal de Alta Resolucao com 26 sensores de pressão circunferenciais (ESTADO SÓLIDO).
3.5.2 - 05 Cateteres para Manometria Esofagica de Alta Resolucao com 24 a 36 sensores de pressao circunferenciais (ESTADO SÓLIDO) e 18 canais de impedâncio.
3.5.3 - 05 Cateteres para manometria Anorretal de Alta Resolucao com 24 a 26 sensores de pressão circunferenciais (ESTADO SÓLIDO) e um canal de balão direcional, com kit de procedimento de balão anorretal.
3.5.4 - 01 Sistema de calibração compatível com o equipamento e cabos de conexão dos catéteres.
3.5.5 - 01 Software para Manometria Esofagica de Alta Resolucao; Software para Manometria Anorretal de Alta Resolucao Versao Atualizada para Windows..
3.5.6 - 02 Equipamentos ou acessórios caso necessários para a desinfecção dos cateteres de manometria.

3.6. Equipamento e Acessórios para Impedâncio-pHmetria:
3.6.1 - 01 Cabo de comunicação, cartão de memória compatível e leitor para cartão de memória.
3.6.2 - 02 Gravadores Portáteis de impedâncio-pHmetria para aquisição dos exames.
3.6.3 - 02 Bolsas suporte para os Gravadores Portáteis.
3.6.4 - 01 Software para Impedâncio-pHmetria e pHmetria com Versão Atualizada para Windows.

3.7. Equipamento para pHmetria Esofágica Convencional:
3.7.1 - 04 Gravadores Portáteis de pH metria para aquisição dos exames.
3.7.2 - 04 Bolsas suporte para o Gravadores Portáteis
3.7.3 - 01 Cabo de comunicação e cartão de memória compatível.
3.7.4 - 01 Software para Impedâncio-pHmetria e pH metria com Versão Atualizada para Windows.

3.8. Acessórios para Equipamento de Manometria Esofágica/Anorretal de Alta Resolução:
3.8.1 - 06 Cateteres para Manometria Esofágica de Alta Resolução com 34 sensores de pressao circunferenciais (ESTADO SÓLIDO) e 18 canais de impedância por ano.
3.8.2 - 06 Cateteres para Manometria Anorretal de Alta Resolução com 26 sensores de
pressão circunferenciais (ESTADO SÓLIDO) e um canal de balão direcional, com kit de procedimento de balão anorretal por ano.
3.8.3 - 02 Cabos compatíveis para conectar o cateter.

3.9.Acessórios para Equipamentos de pHmetria convencional e Impedâncio-pHmetria;
3.9.1 - 12 Sondas para Impedâncio-pHmetria, de uso único (descartáveis) por mês.
3.9.2 - 64 Sondas para pH-metria convencional com 1 sensor, de uso único (descartáveis) por mês.
3.9.3 - 10 Frascos de gel condutivo por ano.
3.9.4 - 06 Frascos de 500ml de solução tampão pH1 ou pH 4 por ano.
3.9.5 - 06 Frascos de 500ml de solução tampão pH7 por ano. 8.EQUIPAMENTOS, ACESSÓRIOS E ITENS DE CONSUMO:

3.10 - Todos os equipamentos de Manometria Esofagica/Anorretal de Alta Resoluçao, Impedâncio-pHmetria e pHmetria convencional e seus acessórios são para entrega única e instalados no início do Contrato, no prazo máximo de 72 horas, a serem contadas a partir da notificação oficial da contratante.
3.10.1 - Todo e qualquer insumo diretamente vinculado ao uso dos aparelhos ou de seus acessórios, deverão estar instalados ao início do contrato e ser fornecido pela contratada de forma ininterrupta durante o período de vigência contratual, sem nenhum ônus adicional ao já previsto no contrato de locação, como sondas, transdutores e capilares de aço inox..
3.10.2 - Toda e qualquer troca dos insumos necessários ao funcionamento normal do equipamento de Manometria Esofagica/Anorretal de Alta Resoluçao, Impedâncio- pHmetria e pHmetria convencional e seus acessórios deveram ser efetuadas pela contratada no prazo máximo de 48 horas, a serem contadas a partir da notificação oficial da contratante. Incluindo uma assistência Impressão ID: 111521 N técnica remota e física no local..

3.11. MANUTENÇÃO:
3.11.1 - Todo e qualquer serviço de manutenção no parque de equipamentos locados e seus acessórios, de qualquer causa (uso normal, acidente em uso, queda, limpeza e desinfecção, etc.), quer preventivo quer corretivo, será prestado pelo LOCADOR, independente do tipo de intervenção ou do volume de partes e peças necessárias, sem nenhum ônus adicional ao já previsto no contrato de locação..
3.11.2 - Sempre que o reparo não puder ser realizado dentro das dependências do HSPE, o equipamento deverá ser retirado por conta do LOCADOR. Neste caso, o LOCADOR deverá repor o equipamento por outro semelhante de modo a garantir o número locado de equipamentos disponíveis durante todo o período contratual..
3.11.3 - O atendimento com resolução do problema, o conserto de um equipamento, ou acessório, ou ainda a reposição do equipamento defeituoso deverá ser realizado em prazo não superior à 02 (dois) dias corridos, a partir da formalização do chamado.

3.11.4 - Durante o período de vigência do contrato, o LOCADOR deverá realizar visitas preventivas, agendadas com o Serviço de Endoscopia, de modo a prevenir intercorrências com seus equipamentos, visitas estas em número e periodicidade segundo recomendação do fabricante.

3.12 . ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA E SOFTWARE:
3.12.1 - O programa de aquisição do exame deverá permitir, no mínimo, a aquisição dos gráficos, a realização de laudo médico, a anexação das imagens escolhidas, o armazenamento dos laudos e senhas de acesso para os profissionais, individualmente.
3.12.2 - Os equipamentos de informática deverão estar conectados ao equipamento de Manometria Esofagica/Anorretal de Alta Resolução, Impedâncio-pHmetria e pHmetria convencional na sala de exame e conectado a um Servidor do HSPE, que atuará como Servidor de Imagens e como Unidade de Back-up do Serviço de Endoscopia, não restrito a máquina locada mas também a outras do próprio Serviço de Endoscopia que compartilharão o sistema de impressão.
3.12.3 - A conexão entre a estação de trabalho e o Servidor deverá ser realizada por meio físico ou wireless, conforme a conveniência do LOCADOR ou facilidade de instalação (Rede Local), sendo o IAMSPE responsável apenas pela indicação dos espaços e caminhos possíveis para o encaminhamento dos cabos ou o que venha a ser utilizado.
3.12.4 - Todos os programas instalados deverão ser originais, acompanhados de licenças de uso que poderão ficar sob guarda do LOCADOR, mas com cópias autenticadas em poder do Serviço de Endoscopia.
3.12.5 - Todas as imagens adquiridas, bem como qualquer arquivo e/ou base de dados criados ou armazenados nos equipamentos de informática, são de propriedade do IAMSPE e não poderão ser utilizados pelo LOCADOR, sem a prévia autorização formal desta Instituição.
3.12.6 - Quando da devolução dos equipamentos ao LOCADOR, quer pelo fim do contrato de Locação, quer pela solução deste contrato, todos os arquivos gerados pelo Serviço de Endoscopia serão copiados e excluídos das máquinas do LOCADOR.
3.12.7 - Os arquivos contendo o laudo médico e as imagens selecionadas deverão ser compatíveis com bancos de imagem médicas utilizados pelo Serviço de Endoscopia do HSPE/FMO, de modo a permitir que os arquivos do Serviço de Endoscopia possam ser compartilhados na rede interna do IAMSPE e prontuário eletrônico.
3.12.8 - O LOCADOR deverá providenciar a atualização do software utilizado pelos equipamentos locados e/ou pelos acessórios, sempre que uma versão mais atual estiver disponível pelo fabricante do equipamento, sem nenhum ônus adicional ao já previsto no contrato de locação

3.13. PRAZOS:
3.13.1 - Equipamentos de Manometria Esofagica/Anorretal de Alta Resoluçao, Impedâncio-pHmetria e pH-metria convencional: o LOCADOR deverá instalar todos os sistemas, treinar os operadores e a equipe médica em prazo não superior a 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da assinatura do Contrato.
3.13.2 - Os valores de locação serão devidos ao LOCADOR a partir da data de início efetivo da operação dos equipamentos e acessórios, “pró rata tempore”.

3.14. CONDIÇÕES GERAIS:
3.14.1 - O LOCADOR deverá fornecer treinamento para toda à Equipe Médica, Enfermagem e demais operadores e assistentes:
3.14.1.1 - quando da instalação dos sistemas;
3.14.1.2 - sempre que se fizer necessário;
3.14.1.3 - quando se verificar uma necessidade de intervenção técnica corretiva.
3.14.2 - O LOCADOR deverá apresentar para os equipamentos locados, o registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.
3.14.3 - O LOCADOR deverá a seu critério, manter os equipamentos locados segurados contra roubo, furto, perda, avarias, etc., durante todo o período de vigência do termo contratual, porque será responsável pela sua reposição, em prazo não superior à 30 dias corridos da comunicação por escrito, sem nenhum ônus adicional ao IAMSPE, ao já previsto no contrato de locação.
3.14.4 - O LOCADOR deverá indicar o responsável técnico pela manutenção dos equipamentos ou a empresa que será responsável pela manutenção preventiva e corretiva.
3.14.5 - Os equipamentos, acessórios e insumos, deverão ser obrigatoriamente novos, sem uso anterior e de tecnologia atual, ou seja, que ainda estejam em processo de fabricação e venda pelos fabricantes dos equipamentos, acessórios e insumos, em seus países de origem. Impressão ID: 111521 N
3.14.6 - Ao final do período contratual, os equipamentos e acessórios serão devolvidos ao LOCADOR no estado em que se encontrarem, sem nenhum ônus adicional quanto à depreciação dos mesmos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, serão adotadas as providências quanto ao descarte correto aos resíduos, visando possíveis riscos ambientais.

Da exigência de amostra(s)

4.2 O classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra(s), **se solicitada** pela equipe técnica.

4.3. A(s) amostra(s) devera(ão) ser enviadas/entregue(s) no endereço: Av. Ibirapuera, 981 - 6º Andar, constando número/ano do Pregão/Contração referenciado no site compras.gov.br. O prazo limite para entrega será de até 02 (dois) dias úteis, sendo total a responsabilidade do fornecedor pelo envio e por eventual atraso na entrega. No caso de envio por transportadora ou outro meio logístico o prazo limite para recebimento é de até 03 (três) dia úteis após a remessa.

4.4. No caso de não haver entrega da(s) amostra(s) ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra (s) fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade **em compatibilidade com o descrito neste Termo de Referência, dentre os quais, no que couber:**

- **Especificações técnicas: Devem atender às especificações técnicas detalhadas no edital, incluindo dimensões, materiais, funcionalidades, finalidade, clareza e precisão, entre outros;**
- **Qualidade: Deve apresentar a qualidade esperada, com atenção a aspectos como durabilidade, resistência, acabamento e desempenho;**
- **Cumprimento das Normas Técnicas, tais como: normas técnicas ABNT, legislação vigente, registros pertinentes, laudos oficiais, embalagem, rótulo, validade, inspeção visual.**
- **Funcionamento: Para produtos que envolvem operação, o desempenho e a funcionalidade serão avaliados objetivamente;**
- **Embalagem: A integridade e a adequação da embalagem.**
- **Aparência: Aparência visual, como cor, textura e acabamento;**
- **Segurança: o uso do produto não pode comprometer o estado clínico, a segurança dos pacientes, nem tão pouco a segurança e saúde dos colaboradores.**

4.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.11. Caso existam laudos vinculados às entregas, os mesmos também deverão acompanhar as amostras.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, vez que a entrega propriamente dita garantirá a execução do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **08 (oito) dias corridos**, **contados da retirada da Nota de Empenho ou do recebimento da Nota de Empenho por e-mail.**

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço :

5.3.1 - Entregas via Transportadora:

Endereço: Rua Borges Lagoa, 1.755 - Portão 08 - Vila Clementino
CEP: 04038-034 - São Paulo - SP
Horário: Segunda a Sexta, das 08h00 às 17h00
TEL: (11) 4573-8991

5.3.2 - Entregas via Correios:

Por favor, especifique na embalagem: "Destinado ao Almoxarifado"
Endereço: Avenida Ibirapuera, nº 981 - Setor de Protocolo
Bairro: Vila Clementino
CEP: 04029-000 - São Paulo - SP
TEL: (11) 4573-8991

5.3.3 - E-MAIL: recebimentogrm1@iamspe.sp.gov.br

Garantia

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 **O IAMSPE** poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 **Após a assinatura da Ata, o IAMSPE** poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução **da Ata de Registro de Preços** deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo (s) substituto(s), **em conformidade com o TERMO DE DESIGNAÇÃO DO GESTOR.**

6.7 **A Divisão de Suprimentos**, por meio do gestor do contrato, acompanhará a execução **da Ata de Registro de Preços**, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1 **A Divisão de Suprimentos, por meio do gestor do contrato,** anotará no histórico de gerenciamento da **Ata de Registro de Preços todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Referência,** com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.7.2 **A Divisão de Suprimentos, por meio do gestor do contrato, adotará medidas preventivas de controle da Ata de Registro de Preços,** manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.7.3. **A Divisão de Suprimentos, por meio do gestor do contrato,** informará à Diretoria Administrativa, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.8 **A Divisão de Suprimentos, por meio do gestor do contrato,** verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, **a Divisão de Suprimentos, por meio do gestor do contrato,** atuará tempestivamente na solução do problema, reportando às áreas competentes, para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.8.2 Sempre que solicitado pelo **IAMSPE**, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstasem outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafoúnico do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do **Ata de Registro de Preços** (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Ata de Registro de Preços, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de **Finanças** para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata de Registro de Preços.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela área de Recebimento do Almoxarifado, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação do fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de contar de seu recebimento pela área de Finanças da Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.(art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9 O prazo de que trata o item anterior poderá ser reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificado, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art.75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1 o prazo de validade;

7.10.2 a data da emissão;

7.10.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5 o valor a pagar; e

7.10.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14 Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1 Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 O IAMSPE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com fundamento nos artigos 17, 18, inciso I, do artigo 28, inciso IV do artigo 78 e artigos 82 a 86 da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Estadual nº 67.608/2023, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO.**

A proposta deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

8.1.1. Cópia do registro do produto/equipamentos junto à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), DESTACANDO O PRODUTO A SER ANALISADO. Caso o registro esteja vencido, deverá ser apresentada cópia da solicitação da revalidação, acompanhada da cópia do registro vencido. No caso de apresentação do comprovante do registro mediante cópia de publicação no Diário Oficial, deverá ser destacado o referido registro;

8.1.2. Catálogo/Bulas atualizado referente aos itens/equipamento cotados, para demonstração de atendimento aos requisitos das descrições técnicas, ou o(s) endereço(s) do(s) site(s) que possua(m) as referidas especificações, para fins de eventuais esclarecimentos que possam surgir. O CATÁLOGO DEVE TER DESTACADO O ITEM A SER ANALISADO.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será **INTEGRAL, para cada processo de aquisição advindo da Ata de Registro de Preços.**

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou o Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18 Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

Qualificação Econômico-Financeira

8.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.21 Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

8.22 Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária do domicílio ou sede do licitante, vigente no exercício, com a atividade da empresa compatível com o material ofertado, nos termos da Lei n.º 6.360 de 23 de setembro de 1976 - artigos 50 e 51, e de acordo com o artigo 66, da Lei Federal n.º 14.133 de 01/04/2021, referente à autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Caso a Licença esteja vencida, deverá ser apresentada cópia da solicitação da revalidação, acompanhada da cópia da Licença vencida.

Outras comprovações

8.23 Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, afirmando que:

a) sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, conforme Modelo que deverá integrar o Edital como Anexo.

b) esta ciente do impedimento na formalização da Ata de registro de Preços, caso haja inscrição positiva no CADIN Estadual, conforme Modelo que deverá integrar o Edital como Anexo.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Diante das disposições contidas no inciso VI, do artigo 5º do Decreto Estadual n.º 68.017/23 e considerando entendimentos da Procuradoria Geral do Estado, optamos para a preservação dos sigilo, ou seja, os preços referenciais não constarão dos autos, nem serão objetos de divulgação antes que se instaure a fase de lances a fim de não frustrar a negociação entre o pregoeiro e o licitante que houver]apresentado o melhor preço]

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado, constando a fonte de recursos, programa de trabalho, elemento de despesa presentes da Nota de Reserva correspondente.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ALEXANDRE MACHADO DA SILVA

Chefe de divisão

Assinou eletronicamente em 28/10/2026 às 16:43:27.